



Handwritten signature and initials in blue ink.

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

---**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE 2021 E TERMINADA NO DIA SEIS DE MAIO DE 2021-**

-----**ACTA NÚMERO VINTE E OITO**-----

---Aos seis dias do mês de maio de 2021, pelas vinte horas, reuniram por videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Ana Isabel Rodrigues Saraiva, em substituição de Anaísa Souto João, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

3. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;

4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas:

- . Relatório de atividades;
- . Relatório de gestão;
- . Conta de gerência.

5. Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2021 e submissão à Assembleia de Freguesia;

6. Apresentação e Discussão do Relatório do Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Jovem de Marvila.

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Manuel de Jesus Saraiva, Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina. ---

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira e Rogério Borge Pereira Mota. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO POPULAR (CDS-PP)** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de setembro, os seguintes eleitos:

---**Anaísa Sotto João (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Sónia Sofia Gonçalves Régio**. -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Nuno Miguel Duarte Sousa Almeida**. -----

---**António Manuel Alves (PMMI)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituído por **Vítor Manuel Avelar Simões**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila: -----



J

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Hermínia Moraes Ventura Cintra, Maria Cristina Rodrigues Abreu, João Carlos Lourenço dos Santos e José António Amaral da Silva.** -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, continuação da sessão iniciada em 29 de abril de 2021, passando de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este apresentasse o **ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais.** -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, saudando os presentes, disse dispensar a apresentação uma vez que não há nenhuma alteração do que foi apresentado o ano passado. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP) QUE**, no uso da palavra, em relação ao ponto apresentado, fez algumas considerações chamando a atenção para algumas gralhas apontando também para algumas falhas a nível de números -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, questionou o porquê da carrinha pertencente à Junta, que por norma está estacionada frente à Junta, não está identificada de uma forma institucional. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia, não havendo mais intervenções, passou de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente ao inventário, disse ser uma discrepância de valores que será corrigida. Relativamente à carrinha da Junta de Freguesia, disse que esta não é devidamente identificada uma vez que se trata de uma carrinha *leasing* e assim sendo está sujeita a um conjunto de autorizações as quais temos bastante dificuldade e obter passando essa opção pela sua não identificação. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas: Relatório de Atividades; Relatório de Gestão e Conta de Gerência**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, iniciou fazendo as retificações que encontrou serem necessárias e devidas em função do que consta no relatório de Atividades. Disse que, quando se fala na folha 5 e se fala em números de atendimentos e instituições, salientou que, obviamente, todos estes números apresentados ficaram sujeitos aquilo que todos fomos e continuamos a ser vítimas durante o ano de 2020, a pandemia Covid-19, que levou quase a uma suspensão daquilo que era o atendimento aos fregueses nos períodos referentes à segunda quinzena de março, abril, maio e parte do mês de junho Disse que isso se acaba por referir a cerca de sete meses de atendimento, salientando que esses atendimentos têm ainda uma particularidade que é, muitas das pessoas no seu regresso para serem atendidos, efetivamente desmarcavam os mesmos atendimentos por via da sua própria segurança, embora a Junta tivesse criado todas as condições sanitárias para a realização dos atendimentos. Recordou até que os serviços foram deslocalizados nesse âmbito para as instalações da Junta de Freguesia no Salão de Festas do Vale Fundão. Fez ainda uma ligeira correção, já na página 6, relativamente ao número de árvores intervencionadas, que foram 120 e não 12, havendo no documento uma gralha que é necessário corrigir. Fez ainda algumas correções relativo aos números



Handwritten signature or mark in blue ink.

de apoios alimentares, o que está expresso refere-se a números mensais. Salientou que os números dos primeiros quatro meses este ano são já superiores àquilo que foi o número de apoios concedidos durante o ano de 2020. Chamou ainda a atenção de na página 10 onde diz “realizaram-se”, deverá ler-se “cancelaram-se”. Passou então a fazer uma apresentação muito breve em *Powerpoint* explanando o Relatório de Gestão e da Conta de Gerência. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª Primeira-Secretária** para chamar os intervenientes que solicitarem a palavra. -----

---A **Sr.ª Primeira-Secretária** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, referindo-se ao Relatório de Gestão, disse ter gostado da caracterização da freguesia de Marvila e do seu território que consta na página 3, sobre as suas origens, passado, presente e futuro. Disse que o passado todos o conhecemos mas em relação ao presente relatado no documento, disse estar certo que todos gostariam que fosse verdade, que Marvila dispusesse daquelas zonas verdes mas bem tratadas, dispusesse do campo de golfe da Bela Vista que consta mas que há muitos anos não existe, pelo que considera que o presente que consta no documento não é assim tão risonho como ali é retratado. Disse que as amplas zonas verdes estão transformadas em matagais. Em relação ao futuro, disse que é para aí que todos os decisores devem colocar o seu empenho, na construção de cidades para os cidadãos, respeitando o passado, as origens, combatendo a descaracterização dos territórios e não tendo como objetivos principais os grandes interesses económicos e especulativos sem qualquer respeito pelo futuro sustentável que todos deveríamos ambicionar e reservar para as futuras gerações. Relativamente à execução orçamental retratada no documento, disse não conseguir entender qual o montante global orçamental pelos espaços em branco e por preencher. Disse pensar que este documento deveria ser mais bem realizado. Disse ainda que o documento dá a entender que tudo o que foi feito e o que não foi é por causa do Covid-19. Referindo-se ao Relatório de Atividades, disse ser um bonito discurso onde é enaltecido e valorizada toda a atividade da Junta de Freguesia, o que era, a seu ver, de esperar. Disse ainda que, se se for ver aquilo que se verifica de verdade, pode-se ver o quanto o documento está longe da realidade. Fez uma pequena explanação das falhas para ilustrar as suas afirmações chamando a atenção para as necessidades de correção e melhorias na freguesia. Disse que as opções tomadas pelo Executivo são entendidas, mas não concordadas. Disse ainda que o grau de execução dos vários pelouros poderia ter sido melhor. Disse que o saldo de gerência é exagerado e esse dinheiro poderia ter sido em prol dos marvilenses neste tempo tão difícil. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, lembrou o Sr. Presidente da Assembleia que os eleitos receberam um dos documentos mais importantes desta sessão apenas dois dias antes da Assembleia. Disse querer deixar bem explícito que já não bastava ter um documento enviado nesta data, ou seja, já em incumprimento, havendo ainda a coragem de utilizar um documento que diz “minuta” por parte do Técnico oficial de contas desta Junta de freguesia. Disse que o documento que todos estão a discutir e a votar vem como uma versão minuta para esta Assembleia. Disse que, por parte da sua bancada não vão abordar nem estar a questionar ou levantar muitas situações sobre estes documentos porque a seu ver não é um documento final. -----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Vítor Simões (PMMI)** que, no uso da palavra, saudando o plenário, disse que a sua bancada não irá ocupar muito tempo com este ponto, afirmando subscrever quase por inteiro a intervenção dos eleitos, Sr. António Pereira e Sr. Luís Castro fizeram. Chamou, no entanto, a atenção relativamente à despesa corrente estar a ultrapassar aquilo que é a receita corrente. Disse que, a seu ver, esta Assembleia como está a correr até agora não tem condições para apreciar os documentos que o Executivo enviou pois efetivamente é de lei a obrigatoriedade de ser apresentado o relatório na data, tem prazos e metodologia para ser apresentado. Disse ser um documento que foi enviado tarde, que não está assinado, salientou que é um documento que não está verdadeiramente datado mas que se consegue entender que foi produzido já em maio. Disse que este documento para vir à Assembleia tem que ser previamente aprovado pelo executivo da Junta de Freguesia, não vem rubricado por nenhum membro, nem mesmo pelo Sr. Presidente da Junta. Assim sendo, considera que este documento não tem condições para estar presente à Assembleia de Freguesia. -----

---A **Sr.^a Primeira-Secretária** passou a palavra à **Sr.^a D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse que existe um aumento da despesa e que esse aumento revela uma tentativa de dar mais respostas efetivas neste momento de crise pandémica. Disse existirem algumas quebras orçamentais em algumas orgânicas dando alguns exemplos das referidas situações salientando que a maioria delas estão justificadas com a pandemia. Relativamente à parte da ação social, existe um aumento das despesas bem justificado pelo aumento dos apoios e a maior distribuição a nível de bens alimentares e refeições confeccionadas a quem delas necessitou e necessita. Disse que aumentar a despesa para fazer face à pandemia que todos enfrentamos, é a seu ver um aspeto positivo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que tem estado a ouvir com toda a atenção que é conveniente, agradecendo ao eleito, Sr. António Pereira, a análise que fez aos documentos. Lembrou que os processos não são fechados em consequência de diversas condicionantes e disse crer que todos entendem que, este ano, a principal condicionante, que foi também a principal preocupação de todas as autarquias no geral, que foi responder à crise pandémica e como considera óbvio, os resultados teriam que ter essa evidência como, em relação a isso, se materializa no documento apresentado. Disse considerar que uma gestão realizada no tempo que se atravessa tem sempre a condicionantes da resposta necessária a dar à crise e considera que esta principal preocupação se deve manter. Disse que, embora concorde que poderia ter havido mais investimento de capital, há que ter em conta uma governação realizada em tempo de pandemia com prioridades que têm que ser colocadas numa atitude de defesa e apoio aos que mais necessitam. Disse que, relativamente ao campo de golfe da Bela Vista, é algo que ultrapassa a responsabilidade da Junta e que todos sabem as condicionantes e os problemas existentes naquele espaço, nomeadamente o conflito jurídico entre o arrendatário e a CML. Pediu uma especial consideração dos eleitos na apreciação dos documentos tendo em conta as condicionantes que todos nós vivemos, considerando que todos têm a obrigação de ser exigentes, mas também poder ter alguma compreensão no que concerne a esta situação, sendo sua opinião que é obrigação de todos votar favoravelmente estes documentos. -----



A
D

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para prestação dos esclarecimentos necessários. O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que os senhores membros da Assembleia de Freguesia têm toda a razão relativamente ao atraso da entrega do Relatório de Contas, que não é uma versão preliminar e sim uma versão definitiva, mas que tem os seus atrasos fruto, fundamentalmente de duas coisas, salientando que, para continuar verdadeiramente a dar resposta para aquilo que são as necessidades dos Marvilenses, terá que se fazer rapidamente a incorporação do saldo de gerência. Disse que, como é obvio, o Executivo compreende que há um atraso por parte da Junta e esse atraso só pode ser justificado por, além da questão pandémica, também pela questão de ser o primeiro ano da transição do POCAL para o SNC-AP e isso afeta a relação tida com o Revisor Oficial de Contas e, por isso, não houve uma informação privilegiada para ninguém, nem mesmo o Executivo. Disse que há de facto um lapso da Junta, que o assume totalmente, mas considera que se deve olhar para esta situação tendo em conta o superior interesse dos fregueses de Marvila e da Junta ter que responder às suas necessidades. Relativamente à intervenção do Sr. António Pereira, respondeu que não estamos na presença de um “vírus bonzinho”, não estamos na presença de uma gripe qualquer, estamos sim, porventura, na maior crise sanitária dos últimos séculos, tendo sido com isso que todos fomos confrontados. Disse que a Junta foi confrontada para dar a resposta porque se preparou, com a estratégia que sempre assumiu que era a correta, de duas formas: a primeira ter uma alargada rede de emergência alimentar, fruto da capacidade de transferências correntes durante os últimos três anos, para um conjunto de organismos e instituições que estavam na primeira linha da frente em termos daquilo que era a disponibilidade para a confeção de alimentos e a segunda, o facto da Junta de Freguesia cumprir a dotação orçamental para fazer frente a essas despesas. Disse ainda que, o que seria grave, era hoje estar a discutir que, apesar da pandemia, tinha-se deixado os Marvilenses sem a resposta adequada às suas necessidades. Disse ainda que, na sua opinião, o que seria errado, era perceber que as prioridades eram outras, frisando que as prioridades era a saúde, o apoio alimentar, proteção e coesão social e de entender que, dentro de todos os estados sociais, teria que haver o menor número de vítimas de Covid. Salientou ainda que, com o facto de o ter sofrido na própria pele, fruto de também ter sido vítima da Covid-19, quem quando nesta situação não se pensa nos espaços verdes, não se pensa no espaço público, pensa-se sim em defender a própria vida e a do nosso semelhante, frisando que essa é que é a preocupação porque não vivemos da erva mas sim da capacidade que temos de responder de uma maneira forte e de um estado forte às necessidades de saúde, às necessidades alimentares e às necessidades de proteção. Disse que esse é que era o principal desafio e, portanto, o problema do espaço público ou dos espaços verdes tinha também outra questão: se fomos confrontados com esta pandemia, o que fizeram os outros que estavam nesta situação? Também se quiseram proteger desta crise pandémica e salvaguardar a sua saúde, desaparecendo e resguardando-se. Disse que, na sua opinião, a Junta de Freguesia deve estar orgulhosa daquilo que fez relativamente à proteção dos seus funcionários, a maneira como os testou, à perspetiva que nenhum deles acabou por falecer, nenhum deles passou por grandes momentos de dificuldades, honrando, em muitos setores da sociedade, a memória dos que partiram. Disse que concorda com o eleito, Sr. António Pereira quando este diz que, agora que estamos um pouco mais aliviados desta crise, é altura de dar uma especial atenção a todas aquelas áreas que



sinalizou de uma forma corretíssima e de aconselhamento para a melhoria da vida dos fregueses. Disse que, neste momento, fruto do empenho do vogal, Eng.º Amaral e Silva, dois parques infantis já estão recuperados e abertos à população, sendo previsto que, até ao final deste mandato, recuperar mais oito a nove espaços de parques infantis da freguesia, informando que também existem condições para a recuperação de um conjunto de campos de jogos e da requalificação de alguns espaços públicos de Marvila. Relativamente à questão do saldo de gerência, disse que a Junta tem saldos generosos e o saldo generoso que a Junta tem é superior ao saldo generoso que foi deixado em 2017 e está condicionado pela execução dos CDC's. Considera que, depois do investimento exemplar, como referido pelo Sr. António Pereira, na educação, no desporto, na ação social, na cultura, sendo estes números ímpares, relativamente aos Executivos anteriores, continuar a ter os mesmos números financeiros que em 2017, demonstra que a Junta fez mais investimento nas pessoas e, ao mesmo tempo mantivemos estes números financeiros. Salientou ainda que fomos a primeira autarquia a isentar as taxas para 2020 e manteve a mesma decisão para 2021, decisão que nos fez perder alguma verba, mas que foi de grande ajuda para os fregueses de Marvila e ao comércio local. Reiterou mais uma vez o seu pedido de desculpas pelo atraso da entrega da documentação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Vítor Simões (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que é evidente que ninguém pode considerar como erradas algumas das ações que o Executivo tomou em função da situação pandémica e que, certamente, algumas delas são louváveis. Mas não lhe parece que o Sr. Presidente da Junta possa subscrever a ideia de que a Junta de Freguesia ficou paralisada a olhar apenas para os problemas que derivaram da Covid-19. Disse ser óbvio que a Junta ficou limitada a uma parte da sua ação, mas na sua opinião, há todo um conjunto de técnicos e de membros do Executivo bem como funcionários que certamente não ficaram paralisados. Alertou que, no que diz respeito aos saldos, ou seja, às taxas de execução, todos estamos sempre a esquecer que as taxas de execução são taxas que não entram em linha de conta com um milhão e meio que estão numa conta à parte, logo as taxas de execução são taxas que não têm a ver com a verbas total da Junta de Freguesia. Disse ainda que ao falar-se de saldos generosos, consegue recordar que com saldos bem menos generosos, a contestação da oposição era bastante veemente. Lembrou também que a CML não fez a transferência de 1 milhão, 347 mil euros, fruto dos contratos de delegação de competências e que podem afetar e afetam o trabalho da Junta. Falou então de vários projetos de CDC's para executar em 2019 e cuja transferência de verba ainda não foi recebida pela Junta, mas tendo a Junta uma conta tão generosa poderia ter avançado em vários projetos uma vez que a CML é de boas contas e mais tarde pagaria o devido. Disse ter entendido que a Junta tem nos seus quadros três Técnicos Oficiais de Contas considerando que isso se deveria à mudança de sistemas mas a verdade é que os documentos que chegam aos eleitos, entre o chegarem atrasados, o chegarem incompletos e o chegarem imprecisos, é uma realidade o que não dá para perceber muito bem o que se passa questionando o que é que os serviços da Junta lhes afeta a ação para que sistematicamente esta Assembleia critique e chame a atenção do Presidente da Junta para estas imprecisões e falhas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para resposta às questões levantadas. -----

---O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, disse que, quando se é na vida muito transparente e se utiliza de grande lisura, cortesia, gentileza e amabilidade, geralmente



Handwritten signature in blue ink.

as oposições contestam menos as opções políticas tomadas porque o que está em questão é explicado de uma melhor maneira e de uma forma mais adequada e a cada caso se dá a devida resposta e por isso de certeza que entendem que esse milhão e meio é um fundo para maiores necessidades e que servirá de almofada de conforto financeiro para quando necessário. Disse que quando se está todos os dias no combate diário a esta pandemia, consegue-se perceber que isto não é uma coisa fácil e ao estar diariamente nesta situação como estão os funcionários da Junta veria que esta situação é também pôr em risco a própria vida. E por isso, disse, que a prioridade era salvar vidas, proteger pessoas e desenvolver projetos que dessem essas respostas. Disse que agora poderá ser o momento de começar a ver outras frentes. Respondeu também que tem plena confiança naquilo que são os serviços financeiros da junta de freguesia, tendo até sido contratados pelo anterior Executivo. Relativamente à transferência de verba, remeteu o eleito, Sr. Vítor Simões para uma leitura atenta dos CDC's pois ao lê-los conseguirá entender eu estas verbas só são transferidas depois da junta executar cerca de 60% da primeira tranche despendida. ----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou então à votação dos documentos apresentados. O Sr. Luís Castro solicitou a palavra para informar que a sua bancada não votará os documentos em apreciação e que irá fazer chegar à mesa uma explicação da posição da sua bancada. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou então à votação o **Relatório de Atividades**.

---Passada a votação, **foi o Relatório de Atividades aprovado por maioria com os votos a favor do PS, as abstenções do PCP, do BE, do CDS-PP e do PMMI, não tendo o PSD participado da votação.** O PSD entregará uma justificação por escrito-----

----O Sr. Presidente da Assembleia colocou de seguida à votação o **Relatório de Gestão**.

---Passada a votação, **foi o Relatório de gestão aprovado por maioria com os votos a favor do PS e as abstenções do PCP, do BE e do CDS-PP, não tendo o PSD e o PMMI participado na votação.** O PSD e o PMMI apresentarão à mesa uma justificação por escrito. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou por fim à votação a **Conta de Gerência**. ----

---Passada a votação foi a **Conta de Gerência aprovada por maioria com os votos a favor do PS e as abstenções do PCP, do BE, do CDS-PP e do PMMI, não tendo o PSD participado da votação.** O PSD não participou na votação e entregará uma declaração de voto por escrito. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou ao **ponto 5 da Ordem do Dia - Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2021 e submissão à Assembleia de Freguesia** passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do mesmo. -----

---O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, fez uma pequena explanação em *Powerpoint* referente ao assunto em questão. -----

---De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Pereira (PCP) que, no uso da palavra, pediu esclarecimentos sobre os agrupamentos de despesas, nas despesas de pessoal, qual a razão da diminuição de valor nesta despesa. Fez alguns reparos sobre a forma escrita do documento. Disse que espera que a Junta possa dar a resposta necessária às necessidades dos Marvilenses. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Vítor Simões (PMMI) que, no uso da palavra, salientou algumas discrepâncias na página 4 do documento em apreciação questionando o que deverá ser lido no local assinalado. -----



A

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, questionou porque os documentos não estão assinados pelo órgão executivo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse concordar com a introdução destas novas verbas e tal como o eleito do PCP, também espera que com esta revisão orçamental o trabalho a realizar possa ser realmente mais eficiente e abrangente. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente aos custos com o pessoal, foi apenas precisar com muito mais cuidado os valores necessários para as referidas despesas. Disse ainda que, relativamente à chamada de atenção sobre as colunas, onde se lê 2020 deve ler-se 2021 e onde se lê 2019 deve ler-se 2020. Respondendo ao Sr. Luís Castro disse que o documento se encontra assinado pelo Presidente e pela Tesoureira. -

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** disse que o documento só está assinado na primeira página. -----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Junta** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que concorda com a visão prescrita pelo Sr. Presidente da Junta, mas o que a seu ver deveria constar eram os valores iniciais do orçamento e não os valores modificados. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse tomar boa nota do que o Sr. António Pereira disse e respondeu ao Sr. Luís Castro dizendo que pelo que consegue ver no documento digitalizado este está todo rubricado e assinado, partilhando a tela mostrando o documento assinado. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Vítor Simões (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que os seus documentos também não estão rubricados. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)**, discordou da opinião do Sr. António Pereira concordando que o valor inicial deve estar presente, mas também faz muito sentido o valor modificado em 2020. Disse verificar que existem rubricas com diminuição de valores comparando com o do ano passado pedindo alguma explicação sobre os aumentos e diminuições de valores. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, disse que, na prática, o orçamento da Junta, é aquilo que resulta do que antigamente se chamava a 1ª Revisão orçamental e que agora, numa forma mais bonita, é a 1ª Alteração Modificativa e é a partir desse que a Junta desenvolve o seu trabalho. ----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, propôs que se possa aprovar a documentação distribuída com a correção condicionada dos erros materiais verificados na Assembleia. Disse ainda que se houver alguém que não se sinta confortável para votar, poderá fazer como até aqui, não vota. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse não ter nada em contrário em melhorar e fortalecer os mecanismos de formalização dos documentos. Disse que a única coisa que o surpreende é que nos anos transatos nada destes formalismos foram exigidos e nada disto foi posto em causa e disse parecer-lhe que hoje se está aqui nu excesso de formalismo, sendo evidente que todas as bancadas têm razão mas não verificou esse mesmo cuidado, esse mesmo olhar atento, no ano de 2018, nem 2019, nem 2020, considerando que o



A
DP

importante é o conteúdo e não a forma. Referindo a intervenção do Sr. Pedro Monteiro, disse que o compromisso deste Executivo, foi manter o mesmo tipo de apoios no que respeita os apoios às coletividades e instituições da freguesia, salientando que o que não se pode é ter uma política expansiva e frisou que o mesmo foi repetidamente dito a um conjunto de eventos que a Junta como manda a boa prudência, não irá realizar. Disse que mesmo o que se está a criar em termos de eventos, vai ser cumprido em termos de regras de segurança, higiene e saúde. Disse que a Junta está a pensar fazer não a praia-campo de infância, mas uma iniciativa de férias em Marvila, com regras muito apertadas, muito restritas para que não se tenha a ocorrência de qualquer surto junto daquelas crianças, informando que o mesmo se está a pensar em fazer, de uma maneira mais restritiva, se em setembro for possível fazer algo com os seniores da freguesia. Disse ainda que, em termos de prudência, a Junta não quer grandes aglomerações nem ser a Junta a promotora de grandes eventos. Salientou ainda que isso não quer dizer que não se faça o mesmo investimento que se fez em anos anteriores nas diversas áreas. Disse ainda que, a nível da cultura, também não se consegue fazer grandes realizações se não forem cumpridas todas as regras necessárias para que estes eventos sejam feitos com segurança. Relativamente ao reforço da ação social, disse que ele tem uma exponencialidade que tem muito a ver com aquilo que é a concretização do FES restaurantes, e ainda o FES Covid que são os alicerces de conseguir enfrentar as necessidades da população. -----

---O Sr. Presidente colocou então à votação proposta de **Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2021**. -----

---Passada a votação, **foi a presente proposta aprovada por maioria com os votos a favor de PS e as abstenções do PCP, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PMMI**. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou ao **ponto 6** da Ordem do Dia - **Apresentação e Discussão do Relatório do Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Jovem de Marvila**. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Coordenador da Comissão, Sr. Manuel Saraiva, para apresentar o relatório do OPM e OPJ O Sr. **Manuel Saraiva (PS)**, no uso da palavra, fez um pequeno resumo do documento que abaixo se transcreve, salientando que este documento resulta da concertação das várias forças políticas representadas na comissão e que espera que o Executivo tenha em conta as sugestões colocadas. -----

«COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE MARVILA /ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM RELATÓRIO REFERENTE AOS PROJETOS DE 2020

1. Considerações iniciais:

O presente relatório é elaborado em função das competências atribuídas a esta Comissão pela Assembleia de Freguesia e pelo que está definido no Regimento da referida Assembleia e no Regulamento do Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Jovem da Freguesia de Marvila, aprovado no dia 27 de setembro de 2018.

Esta Comissão teve a representação unânime de todos os Partidos e Grupo representados na Assembleia de Freguesia. Posteriormente, por decisão própria, o Primeiro Marvila desvincular-se-á da referida Comissão.

O presente relatório tem em conta as opiniões de todos os seus membros e é apresentado com base no formato habitual. Para além das considerações iniciais, de contextualização,



incluirá mais 4 pontos, a saber: aspetos positivos, aspetos negativos, sugestões de melhoria e conclusões.

2. Aspetos positivos:

O OPM/OPJ é um instrumento da gestão autárquica de Marvila que tem, em si, a virtude da participação cívica e ser facilitador da mobilização e do envolvimento, de forma democrática, da população da freguesia em projetos de interesse comum. É esse envolvimento que permite realizar dois objetivos bem concretos: a concretização dos projetos em si e o reforço da cidadania participativa. Estas são razões mais que suficientes para continuarmos a defender a realização do OPM/OPJ, mesmo que evidenciemos a necessidade de proceder a algumas alterações no seu regulamento, no que respeita aos objetivos e aos procedimentos, como adiante explicaremos.

Entendemos também evidenciar como positivo a transversalidade dos projetos nos diferentes bairros da Freguesia, bem como a melhoria na sua execução, tornada mais célere com o tempo, porventura resultado da experiência entretanto adquirida.

Foram apresentadas a concurso 27 projetos, que corresponde a um aumento, comparativamente com as anteriores edições, o que pode ser entendido como um sinal positivo, desconhecendo se foi o objetivo concreto, de cariz social, a justificar maior interesse.

À data deste relatório e levando em conta o mapa que nos foi fornecido pelo Executivo, relevante o número de projetos executados (8 em 11); acreditamos que, entretanto, terá sido possível iniciar o processo de execução dos 3 em falta;

3. Aspetos negativos:

Levando em conta a conjuntura pandémica, com implicações de ordem social, é compreensível que *“Devido à atual situação de pandemia por COVID-19, foi decidido em reunião de Executivo implementar o Orçamento Participativo de Marvila e Orçamento Participativo Jovem baseado em propostas de cariz social”* Porém, entende esta Comissão expressar a opinião que não foi incluída no processo, confrontada com a decisão final, entretanto assumida pelo Executivo.

Embora possa ser justificada pela situação pandémica, a Comissão não foi chamada a dar opinião nas diferentes fases do processo, em particular na fase da escolha dos projetos a concurso. As várias reuniões da Comissão, sempre com a participação do Executivo, foram, essencialmente, reuniões de esclarecimento.

O número de participantes na fase final de votação não esteve em linha com o interesse na apresentação de projetos. Os 11 projetos receberam, no total, 443 votos, sendo que o somatório de apenas 2 (Por um futuro melhor – Condado e Cuidado do Bairro sobre Rodas – Vale Fundão) correspondem a 88,71% dos votos expressos – 393 votos; os restantes 9, nos quais se inclui o OPJ, apenas registaram 11,29% dos votos, a que responde um total de 50 votos, sensivelmente uma média de 5,5 votos por projeto, dos quais três registaram apenas 1 voto.

Conclui-se por isso ser reduzida a mobilização, eventualmente associada a deficiente divulgação e promoção, pouca informação acerca dos projetos a concurso e respetivos proponentes e uma plataforma para votação pouco apelativa e de difícil navegação.

4. Sugestões de melhoria:



p
dp

No entendimento que este é o capítulo mais importante deste nosso trabalho e acreditando que estas sugestões serão levadas em conta na continuidade do projeto a executar pelo próximo executivo, queremos elencar as seguintes sugestões de melhoria, algumas das quais já foram apresentadas nos relatórios anteriores:

- a) Divulgação: devem ser consideradas outras ferramentas para além daquelas que foram, por norma, utilizadas, de modo a uma divulgação mais eficaz na intenção de aumentar o número de concorrentes e o número de participantes na votação, sinal de um maior envolvimento da comunidade; também a plataforma para inscrição e votação deve ser melhorada na sua acessibilidade e na facilidade de utilização;
- b) Comissão de Acompanhamento: a manter-se no próximo mandato, deve ser ponderada uma maior participação em todo o processo;
- c) Regulamento: ponderar a sua revisão, a partir da discussão de vários tópicos, certamente relevantes na eficiência do OPM/OPJ: número final de projetos a executar, sua evidência geográfica, valor máximo a atribuir, limite mínimo de votos para “validação” do(s) projeto(s) vencedor(es), introdução e aumento dos locais de votação presenciais;
- d) Informação: para além da informação disponibilizada *on-line* e à semelhança do que se propõe na divulgação, também a informação deve ser organizada em termos de responder, em cada momento, à evolução do próprio processo: projetos a concurso, com descrição pormenorizada dos seus objetivos, informação sobre o processo de votação, dos resultados finais e de todo o processo de implementação desses mesmos projetos; os projetos estruturantes, com maior validade no tempo, devem ser objeto de permanente atualização, quanto ao seu estado e à sua utilidade, nos subseqüentes relatórios do OPM/OPJ;
- e) Execução: a execução de todos os projetos deve ser de responsabilidade exclusiva da Junta de Freguesia.

5. Conclusões:

Num balanço, mesmo que breve, da experiência de 3 Orçamentos Participativos, não deixaremos de afirmar a importância desta medida na Freguesia, que gostaríamos de avaliar de modo mais efetivo pela visita aos locais e entidades de implementação dos diferentes projetos. Os vários adiamentos estarão em fase de serem ultrapassados pelo regresso a uma “nova normalidade”, pelo que, na garantia de todas as normas de segurança sanitárias recomendadas, contamos marcar, em breve, uma data para essa visita.

O calendário eleitoral determina que esta comissão, antes de se extinguir, ainda tenha a responsabilidade de elaborar relatório do OPM/OPJ de 2021, o último do mandato, completando-se um ciclo de 4 orçamentos. Embora isso dependa da vontade da nova Assembleia de Freguesia, a criação de uma nova Comissão de Acompanhamento do OPM/OPJ, na nossa qualidade de cidadãos, será acolhida com agrado.

Ao apresentarmos este relatório à Assembleia de Freguesia de 6 de maio cumprimos a nossa obrigação regimental. Para além disso demonstra esta Comissão a disponibilidade para os esclarecimentos complementares entendidos necessários e convenientes, agradecendo todo o apoio logístico simpático e disponível, na pessoa da funcionária Senhora Dona Cristina Canadelo, a quem, publicamente, agradecemos.

Marvila, 2 de maio de 2021

Pela Comissão de Acompanhamento,



Partido Socialista (coordenação)

Manuel Saraiva

Partido Comunista Português

António Pereira

Partido Social Democrata

Luís Castro

Bloco de Esquerda

Isabel Ventura

Centro Democrático Social

Pedro Monteiro» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** lembrou que este ponto foi introduzido pelos líderes das bancadas e não sugerido pela Junta de Freguesia. De seguida passou a palavra ao **Sr. Vítor Simões (PMMI)** que, no uso da palavra, questionou se a Junta de Freguesia disponibilizou o documento para os membros da Assembleia de Freguesia. Disse se verdade que o MMI renunciou `sua presença na comissão mas não renunciou à sua presença na Assembleia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, como Coordenador na Comissão, respondeu que o presente documento, ainda em fase de minuta, foi dado conhecimento ao PMMI, porque independentemente do PMMI entende a certa altura não fazer parte da Comissão, foi sempre informado sistematicamente na pessoa do Sr. António Alves, que teve conhecimento do processo, primeiro da minuta e depois do relatório. Esclareceu também que os serviços enviaram um *e-mail* a todos os eleitos informando que este documento estava disponível na Dropbox. Colocou-se também disponível de enviar o documento por *e-mail* ao eleito e de lhe prestar à posteriori, qualquer esclarecimento julgado necessário. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** Que, no uso da palavra, disse apenas querer dar conhecimento de algumas situações que aconteceram e que muitas vezes como Comissão foram surpreendidos pois tomaram conta das alterações e notícias do mesmo, após as mesmas serem publicadas como algumas vezes foram nas redes sociais da Junta de Freguesia. Informou ainda que numa reunião que tiveram a 4 de março, uma das datas para o calendário do ano de 2020 tinha sido cumprida e também nessa data não havia relatórios sobre os projetos de 2019. Também nesta reunião o calendário tinha sido alterado sem que a Comissão tivesse conhecimento. Também houve uma novidade que os deixou bastante perplexos que foi a alteração da matriz do qual a Comissão teve conhecimento após a decisão do Executivo, situação onde nunca foram ouvidos e apenas lhes foi dado conhecimento da mesma e quando já estava publicado no site da Junta de Freguesia que a edição do OPM e OPJ de 2020, dado a pandemia, só iria aceitar projetos de cariz social, havendo uma alteração ao regulamento aprovado por unanimidade na Assembleia, do qual a própria Comissão não teve conhecimento do mesmo, apenas na referida reunião foi dado conhecimento. Também foi inédito que, em tempo de pandemia, esta comissão teve que se deslocar à Junta para receber documentos. Disse ainda que só em 2020 se recebeu os relatórios de 2019 e 2018. Disse ainda que vários foram os projetos dados como executados mas que a Comissão nunca acompanhou. Disse que a se ver o espírito que deveria existir com o OPM e OPJ não está a ser o que deveria. Disse ter-se detetado várias irregularidades nestes orçamentos. Disse haver a necessidades de rever alguns pontos do regulamento. –

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, agradeceu ao Sr. Luís Castro a sua intervenção, dizendo que na prática



8
D

esteve a reforçar alguns elementos que constam do relatório da Comissão. Disse que este relatório resulta da opinião generalizada de todos os membros, sendo abrangente a todas as opiniões, todas elas levadas em conta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, agradeceu toda a disponibilidade do Sr. Manuel Saraiva que coordenou a Comissão e por todo o trabalho realizou. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Pereira (PCP) que, no uso da palavra, disse que realmente há aspetos a melhorar no OPM E OPJ, há e disse que algumas ideias constam no relatório como sugestão para que vier, e seja quem venha que possa dar continuidade a este trabalho. Disse que este trabalho pode não ter sido aquilo que todos gostariam mas foi interessante e bom. Disse que o importante era estimular a participação dos cidadãos na melhoria dos seus bairros e envolve-los na gestão da freguesia e disse pensar que, de certa forma isso foi conseguido. Acredita que todas as forças políticas devem fazer um agradecimento ao Coordenador da Comissão, Sr. Manuel Saraiva, pela enorme disponibilidade e o empenho dispensado a este trabalho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse ter sido uma luta para por de pé o OPM E o OPJ. Disse não ter preenchido totalmente as expetativas mas entende que, quem cá ficar irá continuar este trabalho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS_PP)** que, no uso da palavra, disse todos terem colaborado na elaboração do relatório apresentado e espelha o que há de bom e de menos bom no OPM e OPJ. Disse considerar que há margem para progredir com o OPM e OJ e que se deve continuar o trabalho. Agradeceu ao Sr. Manuel Saraiva pelo seu trabalho impecável e abnegado. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, reconheceu por parte do Executivo este instrumento de participação cívica em Marvila que teve impacto junto da comunidade, dizendo que este instrumento necessita, com os reparos feitos neste relatório, de um profundo aperfeiçoamento constante ao longo do tempo, considerando o saldo bastante positivo para o conjunto da Assembleia de Freguesia que recebeu este instrumento e que o pós de pé come esta Comissão. Agradeceu o trabalho da Comissão e, em especial do Sr. Manuel Saraiva que com abnegação e um trabalho persistente e conciliador conseguiu levar a bom porto este projeto. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva** que, no uso da palavra, agradeceu todas as considerações, disse que sempre defendeu o OPM e OPJ como um instrumento de participação cívica. Deixou uma palavra de simpatia e apreço em relação às vogais, Sr.ª D. Susana Guimarães e Sr.ª D. Cristina Abreu, às quais agradeceu, tendo a esperança que mais para a frente se possa ir visitar alguns dos projetos realizados com o OPM e OPJ DE Marvila. -----

---A **Sr.ª D Isabel Ventura** solicitou a palavra para informar que irá fazer um relatório sobre a sua participação na CPCJ, que fará chegar a todos -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a Assembleia. -----

----- PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias



subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----
---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **22h45m**,
da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia _____ 

A 1ª Secretária _____ 

A 2ª Secretária _____